

700837
20 06 14

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARAPAIMA PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

ARAPAIMA PARTICIPAÇÕES S.A.

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

**DATADO DE
16 DE JUNHO DE 2014**

(Handwritten signature)

(Handwritten mark)

JUN 27
20 05 14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ARAPAIMA PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

(1) ARAPAIMA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 23º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 19.853.534/0001-99, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Emissora**"); e

como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real ("**Debenturistas**" e "**Debêntures**", respectivamente), que será objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Emissão**" e "**Oferta Restrita**", respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como "**Oferta Restrita**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente):

(2) OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Agente Fiduciário**");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Arapaima Participações S.A." ("**Escritura de Emissão**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A Oferta Restrita e a celebração da presente Escritura de Emissão serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 13 de junho de 2014 ("**AGE**"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (b) a constituição das Garantias Reais (conforme definido abaixo), em garantia do pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora sob esta Escritura de Emissão; e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. REQUISITOS

2.1. A Oferta Restrita será realizada com observância dos requisitos abaixo:

2.1.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, e (ii) jornal "Brasil Econômico", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura de Emissão

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá entregar 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de qualquer Aditamento, conforme o caso, registrados na JUCESP, ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir da conclusão do respectivo registro.

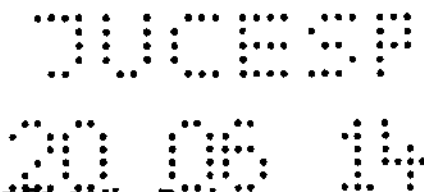
2.1.3. Dispensa Automática de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.3.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

2.1.3.2. A despeito do quanto disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita é dispensada de registro na ANBIMA.

2.1.4. Registro para Colocação Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.1.5. Registro das Garantias Reais

2.1.5.1. Os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), por meio dos quais serão prestadas, no âmbito da Emissão, as Garantias Reais (conforme definido abaixo), em favor dos Debenturistas, deverão ser registrados nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca da sede das respectivas partes, na forma e prazo previstos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia.

2.1.5.2. A Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) deverá também ser registrada nos livros da instituição financeira responsável pelos serviços de escrituração das ações de emissão da Cremer S.A. ("Cremer"), que os anotará no extrato da conta de depósito fornecida à Emissora, em atendimento ao disposto no artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Para todos os fins, esta é a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Montante Total da Emissão e Distribuição Parcial

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Montante Total da Emissão**").

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("**Banco Liquidante**"), e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("**Escriturador Mandatário**"). O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

700537
20 05 14

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão serão integralmente destinados (i) à aquisição de ações de emissão da Cremer pela Emissora, em oferta pública voluntária de aquisição de ações da Cremer a ser realizada pela Emissora ("OPA"); bem como, (ii) a exclusivo critério da Emissora, ao pagamento de quaisquer custos e/ou despesas incorridos pela Emissora relacionados à OPA.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

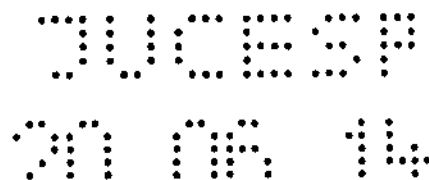
3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme termo abaixo definido), nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, em montante correspondente a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenador Líder**"), nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme, da Primeira Emissão da Arapaima Participações S.A." ("**Contrato de Distribuição**"), tendo como público alvo os Investidores Qualificados.

3.9.2. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "**Investidores Qualificados**" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor, para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Distribuição.

3.9.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. O Coordenador Líder poderá acessar até, no máximo, 50



(cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração, atestando estar cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.9.5. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses, contado da data de encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Valor Nominal Unitário**").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de junho de 2014 ("**Data de Emissão**").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

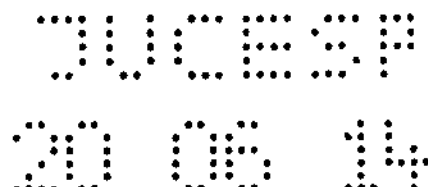
4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 2 (dois) anos, contado da Data de Emissão, vencendo as Debêntures, portanto, em 16 de junho de 2016 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de cancelamento de Debêntures após aquisição facultativa e adesão à oferta de resgate antecipado, conforme previstas nas Cláusulas 4.11.1 e 4.11.2 abaixo, e/ou de vencimento antecipado, conforme previstas nas Cláusulas 4.12.1 e 4.12.2 desta Escritura de Emissão. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definido abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como



comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6. Conversibilidade

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. Espécie

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.8. Participação nos Lucros

4.1.8.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

4.2. Subscrição e Direito de Preferência

4.2.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir do início de sua distribuição, até o término do prazo de colocação, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, bem como às disposições da Instrução CVM 476, observado o disposto na Cláusula 3.9.2 e 3.9.3 acima. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data da efetiva integralização.

4.2.2. Não haverá direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP (“Taxa DI”), acrescido de sobretaxa (*spread*) de 1,91% (um inteiro e noventa e um centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (“Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou do início do último Período de Capitalização (conforme abaixo definido), em conformidade com o caso,

Juros

de

até a data do seu efetivo pagamento. Os Juros Remuneratórios serão pagos nas datas indicadas na Cláusula 4.5.2.1 abaixo, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, adesão à oferta de resgate antecipado e amortização extraordinária, conforme previstas nas Cláusulas 4.12.1, 4.12.2, 4.11.2 e 4.11.7 desta Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao fim do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão ou da data de início do último Período de Capitalização, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DI = Taxa DI

DI = Taxa DI

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 1,9100 (um inteiro e noventa e um centésimos);

DP = é o número de Dias Úteis, entre a Data de Emissão ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.5.1.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo), em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da ciência de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.5.1.3, para definir, de

DUCESP

20.06.14

comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações, multas ou penalidades, entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, permanecendo, como fator de correção das Debêntures, a última Taxa DI conhecida anteriormente e utilizada até data da divulgação.

4.5.1.5. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem qualquer tipo de ônus, sobretaxa pelo resgate antecipado, multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis, a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.5.2. Período de Capitalização

4.5.2.1. Define-se período de capitalização ("**Período de Capitalização**") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira data de pagamento dos Juros Remuneratórios, no caso do primeiro Período de Capitalização, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e termina na data de pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão, conforme datas indicadas na tabela abaixo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

16 de junho de 2015
16 de junho de 2016

DUCESP
20 06 14

4.5.3. Ausência de Novação

4.5.3.1. Fica desde já estabelecido que o disposto nas Cláusulas 4.5.1.2 a 4.5.1.5 acima não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se as Garantias Reais (conforme abaixo definido) válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Emissora e o Agente Fiduciário desde já concordam e se obrigam a firmar, e/ou fazer com que sejam firmados, todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nesta cláusula, incluindo as obrigações previstas nas Cláusulas 4.5.1.2 a 4.5.1.5 acima.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1. A amortização do Valor Nominal Unitário ocorrerá em 2 (duas) parcelas, conforme indicado na tabela abaixo, observado o disposto na Cláusula 4.7.2 abaixo.

16 de junho de 2015	50,0000% do Valor Nominal Unitário
16 de junho de 2016	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.7.2. Caso qualquer Amortização Extraordinária (conforme definido na Cláusula 4.11.7 abaixo) seja realizada antes da data de pagamento da primeira parcela do Valor Nominal Unitário, o valor de amortização do Valor Nominal Unitário devido na primeira data de pagamento será equivalente à diferença entre o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário e os valores pagos a título de Amortização Extraordinária, até referida data. Caso os valores pagos a título de Amortização Extraordinária, durante o período compreendido entre a Data de Emissão e a data de pagamento da primeira parcela do Valor Nominal Unitário, sejam iguais ou superiores a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário, não haverá amortização do Valor Nominal Unitário na data de pagamento da primeira parcela do Valor Nominal Unitário, conforme indicada na tabela da Cláusula 4.7.1 acima, e o montante que eventualmente sobejar o referido percentual será descontado do valor de amortização do Valor Nominal Unitário devido na Data de Vencimento. Na solicitação de criação de evento de amortização extraordinária encaminhada à CETIP, os percentuais relativos aos eventos extraordinários e aos eventos ordinários, em caso de alteração, deverão estar claramente definidos.

JUCESP

01 05 14

4.7.3. Observado o disposto na Cláusula 4.7.2 acima, caso seja realizada qualquer Amortização Extraordinária, após a data de pagamento da primeira parcela do Valor Nominal Unitário prevista na Cláusula 4.7.1 acima e até a Data de Vencimento, o valor de amortização do Valor Nominal Unitário devido na Data de Vencimento será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário. Na solicitação de criação de evento de amortização extraordinária encaminhada à CETIP, os percentuais relativos aos eventos extraordinários e aos eventos ordinários, em caso de alteração, deverão estar claramente definidos.

4.7.4. Em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de realização de qualquer Amortização Extraordinária, conforme prevista nas Cláusulas 4.7.2 e 4.7.3, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a celebração de um Aditamento, para refletir o percentual atualizado de amortização do Valor Nominal Unitário previsto na Cláusula 4.7.1 acima, de acordo com os prazos e procedimentos previstos na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão. Em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada nesta cláusula, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão celebrar o respectivo Aditamento, caso assim seja aprovado pelos Debenturistas. Os Aditamentos celebrados em cumprimento a esta cláusula deverão ser inscritos na JUCESP, nos termos previstos na Cláusula 2.1.2 desta Escritura de Emissão.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade ou Isenção Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) pela instituição financeira contratada para este fim, conforme o caso.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, bem como prestar

UNESP

DO DE LA

qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário e/ou pela Emissora.

4.8.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.8.2. Prorrogação de Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios e Multa

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e independentemente dos prazos de cura mencionados nas Cláusulas 4.12.1 e 4.12.2, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento), sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "**Encargos Moratórios e Multa**").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, conforme o caso, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

700557
20 05 14

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Brasil Econômico", observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação que fizer, na data da sua realização.

4.10. Garantias Reais

4.10.1. As Debêntures serão garantidas por (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora relacionados (a) à totalidade dos recursos, depositados e a serem depositados, a qualquer tempo, em conta vinculada de depósito de titularidade da Emissora, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. ("**Conta Vinculada**"), correspondentes a (1) o valor pago a título de integralização das Debêntures, equivalente ao Montante Total da Emissão, (2) o valor equivalente ao Montante Total da Emissão, a ser depositado pela Emissora na Conta Vinculada, e (3) eventuais pagamentos dos Direitos Creditórios dos Dividendos (conforme abaixo definido); (b) à Conta Vinculada; e (c) aos ativos adquiridos e às aplicações financeiras realizadas com os recursos depositados ou transferidos para a Conta Vinculada, bem como respectivos rendimentos ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**"), nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, Administração de Conta Vinculada e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco custodiante da Conta Vinculada ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**"); e (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Cremer detidas pela Emissora, inclusive as ações de emissão da Cremer que venham a ser adquiridas pela Emissora no âmbito da OPA, incluindo todos os direitos da Emissora relacionados aos dividendos a serem distribuídos pela Cremer (tais direitos da Emissora relacionados aos dividendos, "**Direitos Creditórios dos Dividendos**"), cuja eficácia estará sujeita à verificação de determinadas condições suspensivas ("**Alienação Fiduciária de Ações**" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "**Garantias Reais**"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a Cremer, na qualidade de interveniente anuente ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "**Contratos de Garantia**").

4.10.1.1. Em até 1 (um) Dia Útil, após a data de realização do leilão da OPA, os recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo os recursos provenientes desta Emissão, serão transferidos para pagamento das obrigações da Emissora decorrentes da OPA, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

700557

20 05 14

4.10.1.2. Em até 90 (noventa) dias, após a data de realização do leilão da OPA, se necessário, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Cremer deverão celebrar um aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, para refletir eventual ajuste no número de ações de emissão da Cremer objeto da Alienação Fiduciária de Ações, de modo que tal número seja equivalente à totalidade das ações de emissão da Cremer detidas pela Emissora, inclusive as ações a serem adquiridas pela Emissora no âmbito da OPA. O referido aditamento deverá ser levado a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos previstos na Cláusula 4.10.2 abaixo e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

4.10.2. O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios deverão ser levados a registro, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das circunscrições onde se localizam a sede da Emissora, da Cremer, do Itaú Unibanco S.A. e do Agente Fiduciário, conforme o caso, no prazo previsto nos respectivos instrumentos. A comprovação de tais registros deverá ocorrer em até 2 (dois) Dias Úteis, após o efetivo registro pelos respectivos cartórios e, no mesmo prazo, deverão ser entregues ao Agente Fiduciário vias originais do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios devidamente registrados.

4.10.3. Em atendimento ao disposto no artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, a Alienação Fiduciária de Ações deverá também ser registrada nos livros da instituição financeira responsável pelos serviços de escrituração das ações de emissão da Cremer, que os anotará no extrato da conta de depósito fornecida à Emissora, devendo tal registrado ser comprovado ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data da liquidação financeira da OPA, por meio de entrega de cópia autenticada da(s) respectiva(s) página(s) dos livros da instituição financeira responsável por tais serviços.

4.10.4. Caso a Emissora não cumpra as obrigações previstas na Cláusula 4.10.2 e/ou na Cláusula 4.10.3 acima, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, a promover os referidos registros, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, devendo a Emissora ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas incorridas com tais registros, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

4.10.5. Uma vez celebrados os Contratos de Garantia, registrada a Alienação Fiduciária de Ações, conforme previsto na Cláusula 4.10.3 acima, e devidamente registradas as Garantias Reais, observados os requisitos para formalização e constituição das respectivas garantias previstas em tais instrumentos, estarão formalizadas a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de forma irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura.

DUCEP

20 05 14

4.11. Aquisição Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária

4.11.1. É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.11.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.11.2. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures ("**Oferta de Resgate Antecipado**").

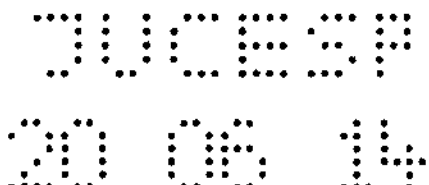
4.11.2.1. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate.

4.11.2.2. A Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, a ser amplamente divulgada, nos termos da Cláusula 4.9.1 desta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.11.3 abaixo, e mediante envio de comunicação, pela Emissora, ao Agente Fiduciário ("**Comunicação de Resgate**"), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado ("**Data de Resgate Antecipado**"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas e canceladas na mesma data.

4.11.2.3. Os Debenturistas que, a seu exclusivo critério, optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar perante o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da publicação da Comunicação de Resgate sobre a sua intenção de participar da Oferta de Resgate Antecipado, na forma prevista na Comunicação de Resgate.

4.11.2.4. O resgate antecipado objeto da Oferta de Resgate Antecipado ("**Resgate Antecipado**") será realizado conforme procedimento adotado pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos a serem indicados pelo Escriturador Mandatário.

4.11.3. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial e, neste último caso, a quantidade de Debêntures a ser resgatada; (iii) a forma e o prazo para



manifestação dos Devedores; (iv) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será acrescido (a) dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, até a Data de Resgate Antecipado ("**Valor de Resgate**"), e (b) de prêmio de resgate, se houver; (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado; e (vi) demais informações que forem necessárias para a tomada de decisão pelos Devedores.

4.11.3.1. No caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o sorteio ocorrerá com relação à totalidade das Debêntures de titularidade dos Devedores optantes pela Oferta de Resgate Antecipado. Ademais, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Devedores, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Devedor, serão realizadas fora do âmbito da CETIP; ou (ii) por meio do Banco Liquidante, no caso de o Devedor não ter suas respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.11.4. A CETIP deverá ser comunicada sobre o respectivo Resgate Antecipado, pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

4.11.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 4.11, serão obrigatoriamente canceladas.

4.11.6. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

4.11.7. Em até 3 (três) Dias Úteis, contados a partir de qualquer depósito, na Conta Vinculada, de recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios dos Dividendos, as Debêntures deverão ser amortizadas em caráter extraordinário, no que se refere ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescidos dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a respectiva data ("**Amortização Extraordinária**"), observado o disposto nas Cláusulas 4.7.2 e 4.7.3 acima, conforme a data em que for realizada a Amortização Extraordinária.

4.11.7.1. A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de publicação de comunicação dirigida aos Devedores, a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.9 desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária, devendo a Emissora, na data da referida publicação, enviar notificação, por escrito, ao Agente Fiduciário, comunicando a ocorrência de depósito, na Conta Vinculada, de recursos referentes ao pagamento dos Direitos Creditórios dos Dividendos, e o percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado extraordinariamente, observado o disposto na

ITC SP

00 00 14

Cláusula 4.11.7 acima e limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, sem qualquer acréscimo a título de prêmio. O Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, deverá comunicar a CETIP e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco custodiante da Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sobre a Amortização Extraordinária, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à data estabelecida para o pagamento da Amortização Extraordinária, nos termos previstos nas Cláusulas 4.7.2 e 4.7.3 acima.

4.11.7.2. Fica desde já certo e ajustado que qualquer pagamento da Amortização Extraordinária será realizado com os recursos depositados na Conta Vinculada, de acordo com os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

4.11.7.3. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta cláusula e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e deverá abranger todas as Debêntures em Circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou pelo Escriurador Mandatário, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 4.12.1, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, conforme deliberação dos Debenturistas, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, observado eventual prazo de cura aplicável e o disposto no item 4.12.1.1. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("**Eventos de Inadimplemento Não Automáticos**"):

(i) (a) ocorrência de protesto de títulos contra a Emissora, ou (b) caso a Emissora seja inscrita em qualquer cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, como o SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF) ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil, em qualquer uma das hipóteses envolvendo valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, reajustado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo ("**IPCA**") a partir da Data de Emissão, salvo se no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva ocorrência (X) o protesto ou a inscrição seja cancelada ou

700557

20 05 14

sustada de forma comprovada ao Agente Fiduciário; ou (Y) sejam prestadas garantias suficientes para cobrir o respectivo débito em juízo;

(ii) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, em quaisquer dos Contratos de Garantia e/ou em quaisquer dos demais documentos da Emissão, desde que não sanado em prazo de cura específico previsto para a referida obrigação, se aplicável;

(iii) caso as declarações feitas pela Emissora nos documentos da Emissão e/ou da Oferta Restrita, de qualquer forma, sejam ou se tornem falsas ou enganosas ou, ainda, sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;

(iv) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação a qualquer obrigação decorrente da Emissão, pecuniária ou não, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto em lei;

(v) prestação de garantias fidejussórias ou criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos, receitas, com exceção das Garantias Reais, constituídas em favor dos Debenturistas;

(vi) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou, de qualquer modo adquirir, compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora e/ou dos bens objeto das Garantias Reais;

(vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, por suas Controladas e/ou Controladoras (conforme abaixo definido), conforme aplicável, no mercado local ou internacional, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver;

(viii) se as Garantias Reais forem objeto de questionamento (a) por quaisquer terceiros com base em fundamentos relacionados à validade, exequibilidade e/ou eficácia das Garantias Reais e tal questionamento não seja sanado em até 3 (três) Dias Úteis, e/ou (b) pela Emissora, independentemente do fundamento apresentado para o respectivo questionamento; e

(ix) assunção de novas dívidas ou endividamentos pela Emissora, por meio da celebração de qualquer instrumento público ou particular, com o objetivo de contrair novos endividamentos, incluindo contratos de empréstimo, aditamentos a contratos de empréstimo atualmente em vigor, emissões de títulos e valores mobiliários, dentre outros.

4.12.1.1. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, convocar

P

WUOLSP

20 06 14

uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão. Na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto à não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ou em caso de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.2. Não obstante os procedimentos indicados na Cláusula 4.12.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o imediato vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável ("**Eventos de Inadimplemento Automáticos**") e, juntamente com os Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, "**Eventos de Inadimplemento**"):

- (i) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na Escritura de Emissão, na respectiva data de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência decretada, pedido de recuperação judicial, independente do deferimento do seu processamento, ou apresentação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor, independente de sua homologação judicial, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros não elidido no respectivo prazo legal, decretação de falência ou, ainda, ocorrência de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, nos termos do art. 243, § 2º da Lei das Sociedades por Ações ("**Controladas**"), e/ou qualquer de suas controladoras, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades por Ações, diretas ou indiretas ("**Controladoras**");
- (iii) ocorrência de qualquer cisão, fusão, alienação, incorporação, liquidação, dissolução ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, suas Controladas e/ou Controladoras, que resulte na alteração ou transferência do controle acionário (nos termos do disposto no art. 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 7 abaixo;
- (iv) alienação, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ativos da Emissora que tenham valor unitário ou agregado igual ou

WUOLSP

an m il

superior a 10% (dez por cento) dos ativos totais da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

(v) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, por suas Controladas e/ou Controladoras, conforme aplicável, no mercado local ou internacional;

(vi) se as Garantias Reais: (a) não forem devidamente constituídas e formalizadas nos prazos descritos nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia; (b) forem anuladas, declaradas nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (c) tiverem seus respectivos objetos deteriorados, destruídos, de qualquer forma desapropriados, desvalorizados ou, de qualquer forma, deixarem de existir, exceto se (i) a Emissora apresentar substituição ou reforço às Garantias Reais, desde que permitido nos termos dos Contratos de Garantia e conforme os respectivos termos, e (ii) referido reforço seja validamente constituído e formalizado (inclusive com registros nos cartórios pertinentes) no prazo de 15 (quinze) dias corridos;

(vii) se uma ou mais sentenças judiciais transitadas em julgado forem proferidas ou um ou mais laudos arbitrais definitivos forem emitidos contra a Emissora, envolvendo valor unitário ou agregado igual ou superior R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, reajustado pelo IPCA, a partir da Data de Emissão;

(viii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular funcionamento e exercício das atividades da Emissora e/ou Controladas, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando a licenças ambientais;

(ix) (a) redução de capital social da Emissora, (b) alteração de estatuto social da Emissora que implique expressamente na concessão de direito de retirada aos acionistas, ou (c) alteração do objeto social da Emissora;

(x) transferência, qualquer forma de cessão, ou promessa de cessão, a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas;

(xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

(xii) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Oferta Restrita tornarem-se inexecutáveis ou inválidos, ou forem anulados, nos termos da legislação aplicável, ou, ainda, na hipótese da Escritura de Emissão ser objeto de questionamento;

(xiii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial final e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora, independentemente do valor envolvido; e

(xiv) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão.

UNESP

2015.1

4.12.2.1. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 4.12.2 acima que não sejam sanadas nos respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir da Emissora o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, nos termos da Cláusula 4.12.3 abaixo.

4.12.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da Cláusula 4.12.1 ou da Cláusula 4.12.2, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora, com cópia para o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

4.12.4. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 4.12.3 acima.

4.12.5. Caso a Emissora não proceda ao pagamento na forma estipulada na Cláusula 4.12.3 acima, serão também acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário os Encargos Moratórios e Multa, incidentes desde a data da impontualidade no pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

5. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, bem como nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, por escrito e de forma justificada, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
 - (b) notificação da convocação, se houver, de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, além de cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 7 (sete) Dias Úteis após sua realização, observado o disposto no Item (d) abaixo;

INSTRUÇÃO

30 DE JULHO

- (c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nas Cláusulas 4.12.1 e 4.12.2 acima, em até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
 - (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (e) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre do exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras semestrais da Emissora, relativas ao respectivo semestre encerrado, acompanhadas de parecer de revisão limitada emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, por escrito e de forma justificada, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e
 - (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros da Emissora, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
 - (iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos do item (I)(a) acima;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

P

INVEST

em 08.11

- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima e na Cláusula 5.1(i)(e) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) os documentos e informações exigidas por esta entidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) as demais informações e documentos necessários para atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a Oferta Restrita, nos termos da Cláusula 7 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio dos documentos e prestação das informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da Oferta Restrita, incluindo da distribuição das Debêntures e aqueles relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Oferta Restrita, tais como esta Escritura de Emissão, os Aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das

DUCEAP

20 de 14

despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;

(xiv) efetuar o tempestivo recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade legal da Emissora;

(xv) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora com relação a qualquer obrigação decorrente da Emissão, pecuniária ou não, exceto pelo mínimo legal exigido na Lei das Sociedades por Ações;

(xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;

(xvii) contratar e manter contratados, durante toda a vigência das Debêntures, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário (ou os respectivos sucessores, no caso de substituição) e os sistemas de negociação das Debêntures no CETIP21, mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, no CETIP21;

(xviii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;

(xix) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM 28**"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter as Controladoras, as Controladas, as sociedades sob controle comum, as sociedades as coligadas e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;

(xx) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil da respectiva ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer fato relevante, evento ou situação, que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional da Emissora e/ou afetar negativamente a capacidade da Emissora de efetuar o pontual cumprimento das suas obrigações aqui previstas, no todo ou em parte;

(xxi) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;

JUCESP

20 de 14

(xxii) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;

(xxiii) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas, regulares e em perfeita ordem e em pleno vigor, as licenças, autorizações ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento e boa condução dos negócios da Emissora;

(xxiv) obter e manter válidas, eficazes e em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade e/ou exequibilidade das Debêntures e das Garantias Reais; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

(xxv) arquivar a ata da AGE na JUCESP e publicá-la no (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (b) no jornal "Brasil Econômico", em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;

(xxvi) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;

(xxvii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**");

(xxviii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM ("**Comunicação de Encerramento**"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;

(xxix) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;

(xxx) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(xxxi) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e

DUCEP

20 DE 14

(xxxii) não celebrar qualquer instrumento público ou particular com o objetivo de contrair novos endividamentos, incluindo contratos de empréstimo, aditamentos a contratos de empréstimo atualmente em vigor, emissões de títulos e valores mobiliários, dentre outros.

6. AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

6.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) aceitar a obrigação de acompanhar a ciência da ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão;
- (ix) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (x) que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (xi) estar ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;

JUCESP

20 de 14

(xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;

(xiii) que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, não foi possível atestar sobre a constituição das Garantias Reais, tampouco sobre sua suficiência e exequibilidade, sendo certo que o registro das Garantias Reais é requisito para a realização da Oferta Restrita, conforme disposto na Cláusula 2.1.5 acima; e

(xiv) para fins do disposto na Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário na quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Cremer, com valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), por meio da emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na respectiva data de emissão, qual seja, 15 de abril de 2014, e vencimento final em 15 de abril de 2020.

6.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

6.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

6.3.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

6.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento, que deverá ser registrado na JUCESP.

6.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício

DUCEAP

2019

de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

6.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

6.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, com base nas informações prestadas pela Emissora;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e dos Aditamentos, conforme o caso, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos termos da legislação aplicável, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, inclusive em relação ao prazo previsto para tanto, bem como do valor dessas garantias, observando a manutenção de sua respectiva suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura de Emissão, às expensas da Emissora;

DUCEAP

20 de 14

(xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se aplicável, e pagamento dos Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita;
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias Reais, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (k) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
- (l) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea "k", itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive as Controladoras, as Controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

R

OLIVEIRA

30 DE 14

(xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede do Coordenador Líder;

(xv) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures, e seus respectivos Debenturistas, nos termos e nos limites previstos nesta Escritura de Emissão;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xix) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado diariamente o cálculo do Valor Nominal Unitário realizado pela Emissora, por meio de sua central de atendimento e/ou do site www.oliveiratrust.com.br; e

(xx) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

11.05.14

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 6.5(i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 6.5(v) acima.

6.7. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos serviços prestados no âmbito da Emissão, parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira devida em 5 (cinco) dias, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.7.1. Exclusivamente no caso de inadimplemento de obrigações da Emissora relacionadas à Emissão ou de reestruturação das condições das Debêntures, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) à reestruturação da Emissão; (ii) ao comparecimento em reuniões ou participação em conferências telefônicas ou videoconferência com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (iii) ao comparecimento em Assembleias Gerais de Debenturistas relacionadas a esses eventos; e (iv) à implementação das decisões tomadas em tais eventos. O pagamento das horas trabalhadas será devido em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da entrega do respectivo relatório de horas à Emissora para sua avaliação.

6.7.2. As parcelas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

6.7.3. Os impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos das parcelas nas respectivas datas de pagamento.

6.7.4. Os serviços previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.

6.7.5. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação, necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário,

R

UNESP

20 05 14

durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas, igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como: auditoria nas garantias da Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário, em caso de inadimplemento no âmbito da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.7.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.7.7. No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários propostos.

6.7.8. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, o qual será atualizado pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.7.9. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

6.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.8.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. O ressarcimento a que

7.1.1.1

7.1.1.2

se refere a Cláusula 6.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

6.8.2. Tais despesas a serem adiantadas ou reembolsadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

6.8.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

6.8.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias Reais, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**").

7.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, no mínimo, contado da data de publicação do respectivo edital de convocação ou, caso não se verifique *quorum* para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, nos termos da Cláusula 7.5 abaixo, no prazo de 5 (cinco) dias, no mínimo, contado da data de publicação de novo edital de convocação.

7.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas à convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

DUCEP

2014

7.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá 1 (um) voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 4.12.2(iii) e na Cláusula 7.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.1. Não se aplica o *quorum* a que se refere à Cláusula 7.6 acima:

- (i) aos casos em que haja *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) às alterações (a) de *quorum* previsto nesta Escritura de Emissão e das regras aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas; (b) dos Juros Remuneratórios; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer Evento de Inadimplemento, e (h) das condições das Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.7. Para os fins de cálculo do *quorum* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "**Debêntures em Circulação**" significa todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.11. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. Sem prejuízo das demais declarações contidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido obtidas todas as autorizações

JUCESP

00 00 14

e satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

(iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;

(v) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sua celebração e a colocação das Debêntures não infringem o estatuto social da Emissora, qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, conforme aplicável, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data, criados por meio das Garantias Reais ou decorrentes da celebração desta Escritura de Emissão e da colocação das Debêntures; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JUCESP, (b) o registro das Debêntures na CETIP e (c) o registro das Garantias Reais perante os registros competentes;

(vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

(viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinadas por sua livre vontade;

(ix) cumpriu e cumprirá, conforme o caso, todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando a, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão, não tendo ocorrido, na data desta Escritura de Emissão, qualquer evento que possa ser considerado um Evento de Inadimplemento;

(x) tem todas as autorizações, alvarás, permissões e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(xi) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental,

DECLARAÇÃO

DE

adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(xii) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;

(xiii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie das Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xiv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão;

(xv) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis;

(xvi) cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde e segurança;

(xvii) não há ações judiciais, processos e/ou arbitragem, de qualquer natureza, em andamento, nem recebeu citações, intimações, notificações ou comunicações, de qualquer natureza, acerca de ações judiciais, processos e/ou arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias contra si que possam afetar o cumprimento das obrigações ora assumidas;

(xviii) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;

(xix) não omitiu do Coordenador Líder e do Agente Fiduciário nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento;

(xx) todas as informações prestadas ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, anterior ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, conforme o caso, são corretas, completas e verdadeiras, na data na qual referidas informações foram prestadas, e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo, à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

(xxi) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal, no Brasil ou no exterior, ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em

DUCE SP

20 05 14

garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma), nos termos das leis da jurisdição de sua constituição; e

(xxii) não recebeu intimações, notificações ou comunicações, de qualquer natureza, acerca de quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos.

8.2. Sem prejuízo da obrigação prevista na Cláusula 5.1.(xvi) desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios), comprovadamente incorridos pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, em razão da falsidade, imprecisão, Inconsistência e/ou incorreção de qualquer das declarações e garantias prestadas nos termos da Cláusula 8.1. acima.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Arapaima Participações S.A.

Rua Iguatemi, nº 151, 23o andar, Itaim Bibi

CEP 01451-011, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Sr. Fernando Shayer

Tel: + 55 (11) 3074-5038

Fax: + 55 (11) 3074-5800

e-mail: fernando.shayer@tarpon.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

CEP 22640-100, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

At.: Srs. Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel: + 55 (21) 3514-0000

Fax: + 55 (21) 3514-0099

e-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br e

ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal

CEP 04344-902, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Sr. Luiz Petito

Tel: + 55 (11) 2797-4441

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:



Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi

CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

At: Sr. Luiz Petito

Tel: + 55 (11) 2797-4441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar

CEP 20031-170 – Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar,

CEP 01452-000 – Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou, ainda, por e-mail enviado aos endereços indicados acima com o respectivo "aviso de recebimento".

9.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

9.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por "**Dia Útil**" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que "**Dia Útil**" será somente qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de "**Dia Útil**", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

9.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

DUCEAP

20 08 14

9.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.8. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.9. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos Incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de se declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.10. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

9.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como dos Aditamentos e dos atos societários relacionados à Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

9.12. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, incluindo documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.13. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração.

9.14. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta Restrita que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

9.15. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

DUCEP
20 06 14

10. FORO

10.1. Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de junho de 2014.

[remanescente intencionalmente deixado em branco]


[assinaturas nas páginas seguintes]

700537

20 06 14

[Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Arapaima Participações S.A., celebrada em 16 de junho de 2014.]

ARAPAIMA PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: Alexandre Suguita
Cargo: RG: 27.624.999-8



Nome: _____
Cargo: Fernando Shayer
Diretor

DUCESP

20.06.14

[Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Arapaima Participações S.A., celebrada em 16 de junho de 2014.]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Sônia Regina Meneses
Procuradora

Nome:

Cargo:

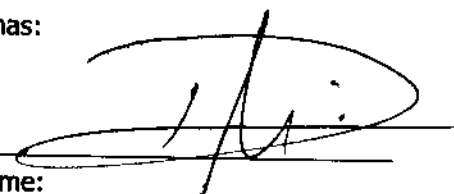
Fernando Nunes Luis
Procurador

JUCESP
20 JUN 14

[Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Arapaima Participações S.A., celebrada em 16 de junho de 2014.]

Testemunhas:

1.



Nome:

CPF: Rodinaldo Lemos Santos
RG: 44.913.819-7 SSP/SP
CPF: 378.324.918-09

2.



Nome:

CPF: 339.842.788-02
RG: 48.086.394-5/SSP-SP
Michelli Cordeiro da Silva



